

Enfermeiras também são vítimas: SEESP reforça o alerta contra o feminicídio

O mês de agosto foi oficialmente designado como um período de conscientização e combate à violência contra a mulher com a implementação da Lei nº 14.448 de 2022. Esta iniciativa do Governo Federal, conhecida como Agosto Lilás, visa promover debates e ações para enfrentar uma das questões mais urgentes e dolorosas da sociedade: a violência doméstica.

De acordo com Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam 2025) entre os anos de 2015 e 2024, foram registradas 11.650 ocorrências de feminicídios e 29.659 ocorrências de homicídio doloso e lesão corporal seguidas de morte de mulheres no Brasil. Esses números somam 41.309 casos de mortes violentas de mulheres no período.

Infelizmente, nos últimos tempos, a enfermagem também tem sido atingida pela violência. Houve casos de Enfermeiras assassinadas em seus locais de trabalho, vítimas desta triste realidade. O **Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo (SEESP)** reforça a urgente necessidade de políticas públicas eficazes voltadas à proteção das mulheres, tanto no ambiente



laboral quanto em todas as esferas da sociedade. É fundamental garantir segurança em todo o percurso, assegurando o direito de ir e vir com dignidade e respeito. Neste cenário, é essencial que as Enfermeiras se unam, fortaleçam suas redes de apoio e ajudem umas às outras, construindo um ambiente mais seguro, solidário e resistente à violência.

Vale ressaltar que as pretas e pardas enfrentam uma carga dupla de opressão por serem mulheres negras, o que torna suas experiências de sofrimento particularmente mais intensas. Elas enfrentam maior vulnerabilidade à violência, à exploração e ao estresse socioeconômico, fatores que podem contribuir para o desenvolvimento de práticas autodestrutivas.

Diante desse cenário alarmante, é essencial que cada um de nós assuma a responsabilidade de romper o ciclo da violência. A denúncia é um passo importante, é preciso construir uma cultura de respeito, igualdade e acolhimento às mulheres em todos os espaços.

Direito, Saúde e Cuidado com Apoio da Enfermagem

Instituído pela Lei Federal nº13.345/17 a Campanha "Agosto Dourado", celebra a importância da amamentação. A cor foi estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que considera o leite materno um "alimento de ouro".

De acordo com OMS, a recomendação é que os bebês sejam alimentados exclusivamente com leite materno até os 6 meses de idade. E que, mesmo após a introdução dos primeiros alimentos sólidos, sigam com o leite da mãe até, pelo menos, os 2 anos de idade.

No Brasil, o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI), publicado em 2021, revelou que 45,8% das crianças menores de 6 meses estavam em aleitamento materno exclusivo. Embora ainda abaixo do ideal, o número representa um avanço expressivo: em 1986, esse índice era de apenas 3%.

Segundo o Ministério da Saúde, o ato é bom não só para o bebê, mas também para a mulher, pois reduz as chances de sangramento pós-parto; ou de desenvolver anemia, câncer de mama e de ovário, diabetes e infarto do coração. Além de colaborar com a perda do peso ganhado durante a gravidez e desencadear a liberação de ocitocina, um hormônio que não apenas estimula a produção de leite, mas também induz contrações uterinas, que ajudam o útero a voltar ao seu tamanho pré-gravidez de forma mais rápida e eficiente.

Por meio do leite materno o bebê recebe os anticorpos da mãe que o protegem contra doenças como, diarreia e infecções, principalmente as respiratórias. O risco de asma, diabetes e obesidade também é menor, mesmo depois do desmame.

A/o Enfermeira/o oferece orientações sobre a amamentação, apoio emocional e dificuldades como fissuras e pega incorreta. Sua atuação garante um aleitamento mais seguro e eficaz, promovendo a saúde do bebê e o bem-estar da mãe.



O Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo (SEESP) tem cláusulas nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) que promovem mais estabilidade a Enfermeira gestante, no qual a mulher que estiver amamentando, pode optar por unificar os intervalos destinados para a amamentação, optando por entrar uma hora mais tarde ou sair uma hora mais cedo conforme legislação vigente.

Reforçamos que amamentar é uma prática que precisa ser amparada por políticas públicas, apoio social e acolhimento profissional. Garantir ambientes favoráveis à amamentação é um compromisso de toda a sociedade com o início da vida e com a saúde das futuras gerações.

Junte-se a nós nessa luta e filie-se ao SEESP!